

---

## **HISTÓRIA POR MEIO DA IMPRENSA: PROFISSIONALIZAÇÃO DO JORNALISMO EM CUIABÁ-MT**

### **HISTORY THROUGH THE PRESS: PROFESSIONALIZATION OF JOURNALISM IN CUIABÁ-MT**

Laís dias souza da Costa<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

Publicado em 17 de outubro de 1969, o Decreto-Lei nº 972 tinha entre os artigos a exigência do curso superior em Jornalismo para o exercício legal da profissão, no Brasil. Em Cuiabá, dois jornais tinham circulação diária nesse período, o *Diário de Cuiabá* e *O Estado de Mato Grosso*, sendo que as redações eram formadas, em sua maioria por jornalistas autodidatas ou colaboradores, sem formação acadêmica. O objetivo deste trabalho é analisar como se deu a profissionalização do jornalismo, em Cuiabá-MT, após a fundação do jornal *Diário de Cuiabá*, em dezembro de 1968.

**PALAVRAS-CHAVES:** História da imprensa; jornalismo; Cuiabá.

#### **ABSTRACT**

Published on October 17, 1969, Decree-Law No. 972 had among the articles the requirement of a higher degree in Journalism for the legal profession in Brazil. In Cuiabá, two newspapers had daily circulation in this period, the *Diário de Cuiabá* and *O Estado de Mato Grosso*, and the newsrooms were formed, mostly by self-taught journalists or collaborators, with no academic background. The objective of this work is to analyze how the professionalization of journalism took place in Cuiabá-MT, after the founding of the *Diário de Cuiabá* newspaper in December 1968.

**KEYWORDS:** History of the press; journalism; Cuiabá.

#### **Introdução**

No dia 24 de dezembro de 1968 circulou pela primeira vez, em Cuiabá, capital de Mato Grosso, o *Diário de Cuiabá*, fundado por João Alves de Oliveira, jornalista e radialista que comandava um dos programas radiofônicos mais famosos da cidade: a “Crônica das 12 e 5”, na Rádio *A Voz D’Oeste*. “A cidade vive dos que vivem nela” era o bordão do radialista que protagonizou outros programas, como o “Correspondente Cruzeiro do Sul”, e, antes de iniciar sua empresa, Alves também atuou na rádio católica *Difusora*. Radialista autodidata, a mudança de veículo de comunicação parece ter sido motivada pela comemoração dos 250 anos de Cuiabá, completados no

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Matogrosso. laisdscosta@gmail.com

dia oito de Abril de 1969, e o jornal seria um “presente” para os que moravam na “cidade verde”.

Concebido para funcionar como uma empresa jornalística, contendo setores de redação, publicidade e impressão, o *Diário* surgiu após o início da modernização da imprensa, notadamente os jornais de grande circulação de São Paulo e do Rio de Janeiro, comprometido “[...] apenas com o povo e com as lutas que ainda teremos que enfrentar para projetar este imenso território diante das demais unidades da República”, de acordo com o editorial publicado na primeira edição, do dia 24 de dezembro de 1968, p.4.

Não teremos, como nem poderíamos ter cor político-partidária. Nascemos independentes e vamos nos conservar independentes, mesmo porque não entendemos imprensa submissa e despojada daquelas mínimas condições para poder opinar nos instantes em que ela é chamada a fazê-lo (*DIÁRIO DE CUIABÁ*, edição nº 1, de 24 de dezembro de 1968, p. 4).

Assim como os jornais do Rio de Janeiro colocaram em prática, na década de 1950, mudanças decisivas no jornalismo, o *Diário* buscava solidificar, em Mato Grosso, as modificações do “novo” jornalismo brasileiro, provocadas, inicialmente, pelo *Diário Carioca*. Para a jornalista e historiadora Marialva Barbosa, a reforma do jornal carioca, “[...] no sentido de transformar as notícias produzindo a aura de neutralidade e objetividade” (2007, p. 150), era uma estratégia de poder. “Espelho da realidade”, “neutralidade”, “imparcialidade” e “objetividade” foram algumas palavras repetidas pelos jornalistas para os leitores e para si mesmos, enquanto construtores dessa nova forma de atuar, inspirada no jornalismo praticado nos Estados Unidos.

De acordo com a jornalista e historiadora Ana Paula Goulart Ribeiro, apesar da inspiração no modelo estadunidense, o jornalismo brasileiro entrou na fase contemporânea apresentando algumas características particulares e peculiares. Baseando-se na racionalização da produção, o jornalismo caminhava para “[...] incorporação da imprensa na esfera da indústria cultural” (2007, p. 39), para a autora, que também explica alguns “[...] impulsos de outra ordem” do jornalismo brasileiro.

Ribeiro afirma que, enquanto, nos Estados Unidos, a imprensa moderna, com jornais de grande tiragem e preço acessível foi possibilitada por meio da publicidade, no Brasil, os jornais que iniciaram as mudanças ainda eram sustentados por relações arcaicas. E explica que as “[...] (políticas, baseadas em laços pessoais, interesses imediatos, compadrios etc.), em certa medida, financiaram a modernização da imprensa [...]” (2007, p. 42).

### A autora defende

[...] a hipótese de que o aspecto político jamais desapareceu totalmente, exercendo um papel fundamental – estrutural – na dinâmica das empresas jornalísticas. Apesar de terem se afirmado imperativos de gestão e de administração, estes ainda não eram suficientes para garantir a autonomia das empresas. Por isso, os jornais jamais deixaram de cumprir um papel nitidamente político. O apoio a determinados grupos que estavam no poder ou na oposição (dependendo da conjuntura) era essencial para garantir a sobrevivência de algumas empresas, fosse através de créditos, empréstimos, incentivos ou mesmo publicidade (RIBEIRO, 2007, p. 40-41).

Inicialmente com oito páginas, o *Diário* tinha o formato *standard*, mesmo tamanho do jornal *Folha de São Paulo*, por exemplo, medindo 32 cm de largura por 56 cm de altura, fato que permite maior aproveitamento do papel. Tinha uma oficina própria e uma sede alugada em uma das principais avenidas centrais da capital, que na época ainda era denominada Rua Dom Aquino, mas mudou o nome posteriormente para Avenida XV de Novembro.

Alves de Oliveira levou em conta as mudanças implementadas no período de modernização dos jornais brasileiros, notadamente os que circulavam no Rio de Janeiro, ao pensar o novo periódico. Ele adquiriu uma máquina de linotipo para imprimir os exemplares do jornal recém-lançado e também inovou no conteúdo do *Diário* que traria notícias policiais, além das editorias de Geral, Política, Esportes, Editorial, um espaço para participação dos leitores, coluna social, anúncios publicitários e editais. Além das emissoras de rádio, circulava, em Cuiabá, o jornal *O Estado de Mato Grosso*, fundado em 1939, pelo jornalista Archimedes Pereira Lima. Na década de 1960, o *Estado* já pertencia a outro dono, mas foi o primeiro jornal a implementar esse “modelo” empresarial, em Mato Grosso.

Nenhum dos jornais de Cuiabá tinha um caderno policial, até então, e a partir de um boletim de ocorrência fornecido pela Polícia Militar, a terceira edição do *Diário de Cuiabá*, publicada no dia 3 de janeiro de 1969, noticiou na coluna “Ocorrências Policiais” o primeiro acidente automobilístico do ano. Sem feridos, a notícia descrevia o acidente entre dois carros, um AeroWillis e um Gordini, conduzido por uma mulher que estava acompanhada de um rapaz. Na manhã de sábado do dia 4 de janeiro de 1969, Alves foi assassinado por um dos irmãos da passageira com dois tiros

na cabeça<sup>2</sup> quando iniciava a distribuição dos exemplares do *Diário de Cuiabá*, no Centro da cidade.

Com uma cruz em cada canto da página, a capa da edição nº 5, de 5 de janeiro de 1969, do *Diário de Cuiabá*, um dia após o falecimento do fundador do jornal, tinha uma única manchete, escrita em caixa alta: “ADEUS ALVES”, e trazia uma foto do fundador, João Alves de Oliveira, logo abaixo, ao lado de outros colegas da imprensa. A primeira edição do *Diário*, em luto, tem vários textos opinativos e noticiosos contando detalhes do assassinato, mas destaca-se os da página 4 porque dialogam diretamente com os jornalistas de Mato Grosso, além de outras cidades brasileiras, como São Paulo e Rio de Janeiro.

“Um Apelo aos Jornalistas” é o título de uma das notícias publicadas nessa página e trata-se de um convite para que os “confrades” da imprensa participassem de uma reunião marcada para o dia 19 de janeiro de 1969, domingo,

[...] a fim de que cuidemos de nossa organização de classe, uma vez que esta não existe ainda em Mato Grosso e inclusive cuidarmos de uma defesa da liberdade de imprensa que está sendo ameaçada por grupos que se julgam “donos” de Mato Grosso (*DIÁRIO DE CUIABÁ*, edição nº 5, de 5 de janeiro de 1969, p. 4).

Além da união da classe, o encontro poderia evitar “[...] que outros mártires tenham que verter seu sangue pelo direito de noticiar a verdade” (*Diário de Cuiabá*, edição nº 5, de 5 de janeiro de 1969, p. 4), como ocorrido com o jornalista, identificado como “mártir” em várias notícias publicadas no *Diário de Cuiabá*. Autoridades também foram convidadas para o encontro, entre elas, o governador desse período, Pedro Pedrossian; membros do legislativo estadual e municipal; o prefeito da capital, Frederico Campos, e representantes locais do exército e da Polícia Federal.

O apelo foi publicado ao lado de outra notícia intitulada “Falta de Segurança: Lançamos S.O.S.”, que contém o texto de dois telegramas enviados por “jornalistas de Cuiabá”, ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo<sup>3</sup> (SJSP), responsável pelo registro da profissão em Mato Grosso, até 1968 (por conta da proximidade territorial), e à Associação Brasileira de Imprensa (ABI), com sede no Rio

<sup>2</sup> A repercussão do assassinato do jornalista foi publicada em vários periódicos, entre eles, na capa do jornal *O Estado de Mato Grosso*, edição nº 5.392, do dia 5 de janeiro de 1969, com o título “Alves de Oliveira foi sepultado ontem à tarde”. Na notícia, além da informação da morte e do sepultamento, há uma biografia com detalhes de sua carreira como radialista, dos programas comandados por ele e dos prêmios recebidos.

<sup>3</sup> A grafia registrada e consagrada pelo uso é com “no”, ao invés do “do”, como informa o jornalista Frederico Ghedini em sua tese intitulada “Os jornalistas e o Sindicato no Estado de São Paulo: entre o distanciamento e o desejo de mudança”, defendida em 2012, na Universidade de São Paulo (USP).

de Janeiro. Nas correspondências também havia a solicitação para a presença durante a reunião do dia 19 de janeiro, na sede do *Diário de Cuiabá*.

ABI GUANABARA

Imprensa cuiabana et matogrossense luto vg et ameaçada pistoleiros pt  
Tombou morto defendendo Verdade jornalista Alves de Oliveira pt  
Solicitamos veemente apêlo vossência presença Cuiabá dia 19 dêste vg  
AVENIDA DOM AQUINO 771  
JORNALISTAS CUIABÁ

SINDICATO JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO S. PAULO  
SÃO PAULO - CAPITAL

Morte brutal jornalista Alves de Oliveira enlutou sociedade et imprensa  
cuiabana pt Apelamos veemente presença vossência Cuiabá dia 19 daste vg  
AVENIDA DOM AQUINO 771  
JORNALISTAS CUIABÁ (*DIÁRIO DE CUIABÁ*, edição nº 5, de 5 de  
janeiro de 1969, p. 4).

Nas edições seguintes do jornal não há informação ou repercussão do encontro, mas uma das pautas da reunião, aquela sobre a criação da associação de classe dos jornalistas, tornou-se realidade no mesmo ano, em 1969, no fim do mês de agosto. A fatalidade provocou a aproximação dos colegas da imprensa em defesa do exercício da profissão, mas houve outro motivo preponderante que determinou alterações definitivas no cotidiano dos que atuavam nas capitais e no “interior” do Brasil. Esse fato motivou a busca por mais informações sobre a imprensa cuiabana num período modernização da imprensa, no Brasil, sendo o objetivo deste trabalho analisar como se deu a profissionalização do jornalismo, em Cuiabá, em contraste com o “amadorismo” das redações, formadas, em sua maioria, por jornalistas autoditadas ou colaboradores, sem formação acadêmica.

### “Lei da Imprensa”

Desde 1967, com a publicação da Lei nº 5.250, no dia 9 de fevereiro, conhecida como “Lei da Imprensa”<sup>4</sup>, a profissão passou a ser regulada pelo Estado, assim como a liberdade de manifestação do pensamento e da informação. Leis, decretos-leis e atos institucionais modificaram o cotidiano das redações, disciplinando o modo de atuar dos profissionais que materializavam os fatos apurados em laudas.

As mudanças realizadas durante o regime político de exceção que durou de 1964 a 1985, no Brasil, trouxe alterações colocadas em prática anteriormente em outros países da Europa e nos Estados Unidos, que versavam sobre a regulação da mídia, em

---

<sup>4</sup> É possível consultar o texto original na página: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm).

especial, mas foram implementadas durante governos legitimamente eleitos e com participação da “opinião pública” direta ou indiretamente.

No Brasil, a legislação sobre o Jornalismo teve início no ano de 1938, durante o governo de Getúlio Vargas, que regulamentou a profissão exigindo o registro dos profissionais no Ministério do Trabalho, por meio do Decreto nº 910, de 30 de dezembro de 1938. Desse ano até a década de 1960, vários decretos e decretos-leis foram publicados, posteriormente modificados, inclusive tornando sem efeito os atos anteriores, de acordo com o governo. A legislação desse período dizia respeito, principalmente, à criação de cursos de Jornalismo, tabela de remuneração mínima, aposentadoria e exigência de diploma para atuação profissional.

A “Lei da Imprensa”, nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, e o Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969 são os mais significativos para compreender as mudanças na profissão, no século XX. Com 77 artigos, a “Lei da Imprensa” ficou em vigor até o mês de abril de 2009, quando foi derrubada integralmente pelo Superior Tribunal Federal (STF)<sup>5</sup>. De acordo com a corte do STF, a Comunicação havia sido contemplada na Constituição Federal, capítulo V do título VIII, tornando incompatível a existência de outra legislação a respeito.

Em parágrafo único, do artigo 51 da “Lei da Imprensa”, eram considerados jornalistas profissionais:

- a) os jornalistas que mantêm relações de emprego com a empresa que explora o meio de informação ou divulgação ou que produz programas de radiodifusão;
- b) os que, embora sem relação de emprego, produzem regularmente artigos ou programas publicados ou transmitidos;
- c) o redator, o diretor ou redator-chefe do jornal ou periódico; o editor ou produtor de programa e o diretor referido na letra “b”, número III, do artigo 9º, do permissionário ou concessionário de serviço de radiodifusão; e o gerente e o diretor da agência noticiosa<sup>6</sup>.

De acordo com a “Lei da Imprensa”, a moral pública e os bons costumes deveriam ser mantidos, sob pena de detenção de três meses a um ano, e multa de um a 20 salários-mínimos, de acordo com a região de residência do (a) jornalista que praticasse alguma infração ou crime. Mas a legislação assegurava o “sigilo quanto às fontes ou origem de informações recebidas ou recolhidas por jornalistas, radiorepórteres ou comentaristas”, conforme o artigo 7º.

---

<sup>5</sup> A íntegra do acórdão está disponível no site: <http://www.conjur.com.br/2009-nov-07/leia-integra-acordao-stf-derrubou-lei-imprensa>.

<sup>6</sup> Acessado em 2 de agosto de 2016: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L5250.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5250.htm).

Dois anos depois, no Decreto-Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, os (as) jornalistas tornaram-se protagonistas nos 22 itens da publicação que trazia a principal mudança no quarto artigo: reiterava a obrigatoriedade do registro prévio no Ministério do Trabalho, e exigia o diploma de curso superior de Jornalismo para o exercício legal da profissão.

Até 1960, quem tivesse a intenção de se graduar em Jornalismo poderia escolher entre nove cursos espalhados pelas regiões Sul, Sudeste e Nordeste, de acordo com Ana Paula Goulart Ribeiro (2007). Eram os seguintes:

[...] Escola de Jornalismo Cásper/Líbero/PUC (São Paulo, 1947), Universidade do Brasil (Rio, 1948), Universidade da Bahia (Salvador, 1949), PUC (Rio, 1951), PUC (Porto Alegre, 1951), Universidade Federal do Paraná (Curitiba, 1955), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos (1957), Univeridade Católica de Pelotas (1958) e Faculdade São Tomás de Aquino (Uberaba, 1960) (RIBEIRO, 2007, p. 295).

Em 1963, o Centro-Oeste também passou a ter um curso de graduação em Comunicação, na recém-fundada Universidade de Brasília (UnB). Em Goiás, o curso de Comunicação Social foi criado em 1970 e reconhecido pelo Ministério da Educação, em 1975. Em Mato Grosso, a graduação em Comunicação Social tornou-se realidade somente no início da década de 1990.

A exigência do diploma trouxe mudanças definitivas para o “fazer” jornalístico, em Cuiabá, e no interior de Mato Grosso, por conta do cenário no qual os profissionais estavam inseridos: em 1969, apenas 50 jornalistas eram registrados no Ministério do Trabalho e Previdência Social. Dentre os 50, somente dez estariam exercendo a profissão como única fonte de renda. Essa informação foi publicada na notícia “Jornalistas de MT Unidos Pelo Registro Profissional”, na edição nº 5.559, do dia 19 de outubro de 1969, d’*O Estado Mato Grosso*, do qual Pedro da Rocha Jucá era o diretor e redator-chefe, dois dias após a publicação do Decreto-Lei nº 972.

Dois meses antes dessa notícia, Jucá convocou os colegas para o I Congresso Estadual de Jornalistas de Mato Grosso, realizado no dia 27 de agosto de 1969, nas dependências do Palácio Alencastro, sede da prefeitura da capital. No final do evento foi fundada a Associação Profissional dos Empregados em Empresas Jornalísticas de Mato Grosso (Jornamat), e o redator-chefe do jornal *O Estado de Mato Grosso* tornou-se o primeiro presidente, escolhido por unanimidade entre os colegas.

A sigla da entidade foi uma das palavras buscadas no acervo do jornal *O Estado de Mato Grosso*, disponível na Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional. Mais de 250 menções apareceram, entre os anos de 1969 e 1979, causando

surpresa e certa estranheza, já que é possível encontrar mais de duas notícias por edição e até editoriais com assuntos relacionados a atuação da entidade que foram utilizados como fontes deste artigo.

A partir da pesquisa, algumas características dessa participação emergiram: as reuniões da associação aconteciam nas dependências do jornal *O Estado de Mato Grosso*, nos primeiros anos, e as ações eram discutidas, inclusive, em editoriais do periódico, escritos possivelmente por Jucá, já que tradicionalmente o responsável pela redação também exprime a opinião do jornal. Ele exerceu a função de chefia entre os anos de 1961 e 1984.

Além dos editoriais, as notícias atualizavam os leitores e colegas a respeito das mudanças da profissão, especialmente, após o Decreto-Lei nº 972. Na notícia “Jornalistas de MT Unidos Pelo Registro Profissional”, sobre o número de profissionais registrados em Mato Grosso, até o mês de agosto de 1969, o presidente fez uma avaliação da legislação. Para ele, o Decreto-Lei nº 972 trazia

[...] novas esperanças para os profissionais da imprensa mato-grossense, pois o índice de jornalistas militantes sem o registro profissional em Mato Grosso é simplesmente assustador e chega até a comprometer o nome do Estado como núcleo de cultura e de divulgação (*O ESTADO DE MATO GROSSO*, edição nº 5.559, 19 de outubro de 1969, p. 1).

Na mesma notícia, há uma informação relevante sobre a profissionalização dos jornalistas na capital mato-grossense: o advogado da Delegacia Regional do Ministério do Trabalho, em Mato Grosso, recomendou a criação de uma associação profissional, colocada em prática em agosto de 1969. De acordo com a notícia, a associação tornar-se-ia, após dois anos em pleno funcionamento, o Sindicato dos Jornalistas de Mato Grosso.

Antes disso, destaca-se como espaço de discussão da profissão a Associação de Imprensa Mato-grossense (AIM), fundada no dia 23 de janeiro de 1934, em Cuiabá. Três décadas depois, após a criação da Jornamat, em uma das falas da notícia publicada no *Estado*, na edição nº 5.559, do dia 19 de outubro de 1969, Jucá aponta algumas características da imprensa naquele período:

Agora desperta em Mato Grosso um novo sentido de imprensa, de cunho empresarial, sem profundas vinculações político partidárias, sem improvisações. Para que isto se concretize, é preciso que se anule de vez a ação dos chamados “picaretas”, que somente comprometem o nome da classe e das próprias empresas jornalísticas organizadas, que, por se encontrarem dentro da lei, possuem os encargos da lei (*O ESTADO DE MATO GROSSO*, edição nº 5.559, 19 de outubro de 1969, p. 1).



Esse “despertar” foi protagonizado pelos dois jornais de circulação diária na capital, *O Estado de Mato Grosso* e *Diário de Cuiabá*, que agora estava sob o comando de Íris Capilé de Oliveira, esposa do jornalista João Alves de Oliveira. Para o jornalista e pesquisador Marcos Roxo (2016), que dedicou sua tese de doutorado a compreender a constituição da identidade jornalística sob a perspectiva da regulamentação profissional, a reforma no jornalismo iniciada nos periódicos do Rio de Janeiro, na década de 1950, foi além da parte técnica-discursiva.

Roxo dialoga com o trecho da notícia acima em que a improvisação e vinculação partidária eram incoerentes com essa “nova” imprensa.

Os princípios deontológicos da objetividade jornalística, como as noções de distanciamento, apartidarismo e a importância no equilíbrio do uso das fontes, serviram como instrumentos valiosos para os agentes que lutavam para distanciar o jornalismo da política e defini-lo como uma atividade de *profissionais* (grifo do autor) (2016, p. 56).

A notícia do *Estado* é finalizada com a informação de um trabalho intenso, uma “campanha”, para registrar os jornalistas que trabalhavam em Mato Grosso, inclusive os não-diplomados, já que o Decreto-Lei nº 972 abria uma brecha para os profissionais que atuavam no jornalismo há mais de dois anos anteriores a publicação, mesmo sem formação acadêmica na área.

### “Congraçamento da classe”

O primeiro editorial sobre a profissão aparece na edição nº 5.666, página 3, publicado no dia 18 de março de 1970, no *Estado*, com o título “O Registro Profissional dos Jornalistas Vai em Ritmo Positivo”. De acordo com o Decreto-Lei 972, os jornalistas deveriam ser registrados no período de até 90 dias após a publicação, feita no dia 17 de outubro de 1969. Passado o prazo, a associação, por meio das notícias e editoriais, começou a divulgar os resultados parciais da campanha de registro com algumas reflexões e até desabafos do editor sobre o cenário jornalístico de Cuiabá.

A Jornamat foi reconhecida, no editorial, como responsável pelo mérito da “campanha” que registrou “[...] mais jornalistas que em toda a história do jornalismo mato-grossense” (*O Estado de Mato Grosso*, edição nº 5.666, 18 de março de 1970, p. 3). Há menos de um ano em exercício, a associação já havia estabelecido contato com os dirigentes dos sindicatos de jornalistas de Goiás e São Paulo, que se uniram para

conseguir o reconhecimento da associação mato-grossense com validade jurídica de sindicato, junto ao Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Os sempre inimigos de tudo de bom que surge em Mato Grosso são obrigados agora, por força dos fatos, a “calar o bico” e colocar a “viola no saco” para cantar em outra “freguesia”. Essas expressões, aliás, são assim usadas propositadamente porque combate uma Associação Profissional dos Empregados em Empresas Jornalísticas de Mato Grosso é tão vulgar, tão insensato e tão desam (ilegível) lentado do meio profissional que somente usando este linguajar é possível que seja entendido (*O ESTADO DE MATO GROSSO*, edição nº 5.666, 18 de março de 1970, p. 3).

O segundo editorial sobre as atividades da associação foi publicado na edição nº 5.672, do dia 22 de março de 1970, com o título “Uma Grande Vitória da JORNAMAT”, e ocupa novamente 1/3 da página 3. Uma das vitórias é relacionada a campanha realizada, desde outubro de 1969, a fim de registrar os jornalistas que atuavam em Mato Grosso, tarefa realizada com sucesso, de acordo com o editor e redator-chefe, Pedro Jucá, a quem se credita deliberadamente a autoria dos editoriais do *Estado*.

A outra vitória estava além do registro e tratava-se da conscientização dos jornalistas enquanto classe de trabalhadores, “[...] congregada em torno dos seus direitos e deveres, à procura do encontro de mútuo entendimento entre os empregados e os empregadores no jornalismo mato-grossense, sem um ferir o que ao outro pertence” (*O Estado de Mato Grosso*, edição nº 5.672, 22 de março de 1970, p. 3).

Considera-se como a parte mais significativa do editorial, no entanto, um parágrafo com informações sobre a fundação da entidade.

E, diante de tanto esforço, temos a plena certeza de que a diretoria da JORNAMAT sentiu-se recompensada quando viu que os seus principais inimigos da fase do seu surgimento, a 27 de agosto de 1969, transformarem-se hoje em seus (ilegível) defensores e recebendo os benefícios da orientação segura e decisiva dos ideais que levaram “O ESTADO DE MATO GROSSO” a promover a fundação desta entidade de classe, que no momento pertence à toda a imprensa mato-grossense (*O ESTADO DE MATO GROSSO*, edição nº 5.672, 22 de março de 1970, p. 3).

A tertúlia protagonizada por Pedro Jucá, na redação do *O Estado de Mato Grosso*, revelava, nesse editorial, o entendimento sobre a ligação e até uma relação de “propriedade” por parte do jornal, na figura do seu redator-chefe, em relação à associação. Para completar a informação a respeito desse “pertencimento”, é interessante notar que a data da fundação da associação, com exceção do ano, é a mesma em que o jornal *O Estado de Mato Grosso* circulou pela primeira vez, no dia 27 de agosto de 1939.

No primeiro editorial sobre a associação, da edição nº 5.666, de 18 de março de 1970, também há um parágrafo sobre o esforço do jornal para que a associação pudesse defender os interesses da classe, e o editor finaliza com a frase:

Hoje, a JORNAMAT passou da classe de “O Estado de Mato Grosso” para o de todos os órgãos de Imprensa de Mato Grosso, numa demonstração de devotamento que este jornal tem pelas grandes causas mato-grossenses (*O Estado de Mato Grosso*, edição nº 5.666, 18 de março de 1970, p. 3).

Ao coincidir a fundação da Jornamat com a do *O Estado de Mato Grosso*, e destacar o “devotamento” do jornal por uma das “grandes causas mato-grossenses”, percebe-se a operação consciente de construção de memória dessa coletividade por meio das notícias e editoriais. Definido por Rubens de Mendonça como sendo um “[...] órgão semi-oficioso” (1963, p. 105), o *Estado* foi fundado em 1939, pelo jornalista Archimedes Pereira Lima, que acumulava a direção da Imprensa Oficial do Estado de Mato Grosso, órgão responsável pela publicação do Diário Oficial estadual, com a direção do jornal diário.

Durante a proposta de criação do Sindicato, em 1939, quem ocuparia a direção da entidade, como presidente, seria Archimedes Pereira Lima. Três décadas depois, Pedro Rocha Jucá, representando o “legado” do fundador d’*O Estado*, torna-se presidente de outra associação, transformada em sindicato no ano de 1972. A construção da “memória”, em relação à “feitura” do jornalismo mato-grossense e a participação do fundador do jornal foi materializada em uma biografia intitulada “Exemplo e Palavras de Jornalista. Biografia e perfil profissional, cultural, político e empresarial do jornalista Archimedes Pereira Lima” de autoria de Jucá<sup>7</sup>, publicada em 1995.

Prestes a completar um ano de existência, a Jornamat foi assunto de várias notícias e editoriais no mês de agosto de 1970, que também teria a comemoração da fundação do jornal e a realização do congresso, em Campo Grande, atual capital do Mato Grosso do Sul. Em algumas edições, como a do dia 4 de agosto, edição nº 5.779, a associação e seu presidente aparecem em dois momentos: no editorial que tem o título “A JORNAMAT Vai Bem Obrigado”, e na notícia “JORNAMAT Participará do XII Congresso Nacional de Jornalistas”.

---

<sup>7</sup> Ver mais em: JUCÁ, Pedro Rocha. **Exemplo e Palavras de Jornalista**. Biografia e perfil profissional, cultural, político e empresarial do jornalista Archimedes Pereira Lima. Cuiabá: Editora Memórias Cuiabanas, 1995.

Destaca-se um editorial, em especial, publicado no dia 8 de agosto de 1970, na edição nº 5.783, página 4, do *Estado*. “A Maior Concentração de Jornalistas” traz informações sobre a segunda edição do Congresso Estadual de Jornalistas, em Campo Grande (MS). No segundo parágrafo, o editor afirma o que diz o título sobre o evento concentrar o maior número de profissionais, já que o primeiro congresso, realizado em Cuiabá, teve participação reduzida, e não teve divulgação e mobilização similar à segunda edição porque a associação ainda não existia. Destaca-se uma informação no fim desse parágrafo quando o editor afirma que a Jornamat “[...] é a autêntica representante dos jornalistas mato-grossenses” (*O Estado de Mato Grosso*, edição nº 5.783, 8 de agosto de 1970, p. 4).

As dificuldades para organizar o evento são descritas a seguir, mas o editor considera a realização do congresso como um momento de “congraçamento da classe” e afirma que “o mérito é bem maior”.

Por sua vez, os jornalistas mato-grossenses já raciocinam hoje em termos de classe, unida e coesa em torno dos seus mais sagrados direitos e conscia (ilegível) das responsabilidades que têm no comando da opinião pública (*O Estado de Mato Grosso*, edição nº 5.783, 8 de agosto de 1970, p. 4).

Nesse trecho do editorial percebe-se a mudança de “mentalidade” dos jornalistas, ao perceberem que existe uma coletividade regida por “direitos” e “responsabilidades”, inserida numa esfera pública e com uma função de “comando”, de acordo com o editor. Para o sociólogo Jürgen Habermas (2014), a imprensa é a instituição mais proeminente da esfera pública, sendo considerada a responsável pela reestruturação dessa esfera, a partir das mudanças ocorridas em seu interior e acentuadas com as transformações dos jornais em empresas comerciais, no século XIX.

Em comparação com a imprensa da era liberal, os meios de comunicação de massa alcançaram, por um lado, uma enorme abrangência e uma eficácia incomparável – com eles, a própria esfera pública se expandiu – e, por outro, foram vez mais deslocados dessa esfera e reassumidos pela antiga esfera privada de circulação de mercadorias. Quanto maior é a sua eficácia do ponto de vista publicístico, tanto mais susceptíveis se tornam à pressão de determinados interesses privados, sejam individuais ou coletivos (HABERMAS, 2014, p. 407).

Para confirmar a informação do editorial, utiliza-se a explicação de Habermas:

[...] Enquanto anteriormente a imprensa podia apenas mediar e amplificar a discussão mediante razões empreendida pelas pessoas privadas reunidas em um público, agora, ao contrário, o público passa a ser formado sobretudo pelos meios de comunicação de massa (HABERMAS, 2014, p. 407-408).

Pelo editorial publicado no jornal *O Estado de Mato Grosso* no dia 8 de agosto de 1970, na edição nº 5.783, página 4, os (as) jornalistas, enquanto classe, tinham consciência de que as “questões de poder” faziam parte da esfera pública, e formalizaram suas próprias “questões” durante o II Congresso Estadual de Jornalistas, em Campo Grande, no dia 24 de agosto de 1970. Aurora Chaves de Vasconcelos, radialista da *Rádio Difusora* é a única mulher que consta na caravana de jornalistas e radialistas que saiu de Cuiabá para participar do evento em Campo Grande, de acordo com a notícia “Congresso da JORNAMAT: Jornalistas Confirmam Participação”, publicada na edição nº 5.789, de 15 de agosto de 1970, no *O Estado de Mato Grosso*, página 8.

Com mais de 50 jornalistas presentes, foram debatidos assuntos ligados à ética profissional, unidade da classe, além de deliberações sobre o estatuto da associação que deveria tornar-se sindicato, de acordo com a decisão dos presentes na plenária. A programação também contou com uma homenagem ao governador de Mato Grosso na época, Pedro Pedrossian, que recebeu das mãos de Pedro Jucá o título de “Jornalista Honorário”.

Em seguida, Jucá partiu para Salvador, Bahia, acompanhado de mais três jornalistas de Mato Grosso que compuseram a delegação do estado, no XIII Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais. A repercussão da participação foi noticiada na edição nº 5.803, de 2 de setembro de 1970, no jornal *O Estado de Mato Grosso*. A delegação mato-grossense apresentou teses que foram aprovadas pela plenária do congresso, conforme a notícia.

Entre as teses apresentadas por Mato Grosso e aprovadas pelo congresso destacam-se: novo prazo para os jornalistas que ainda não conseguiram registro; e tornar obrigatório a condição de jornalista profissional ou jornalista servidor público para preenchimento dos cargos dos servidores de imprensa dos Municípios, e Estados da União. Por proposição da bancada matogrossense, o congresso aprovou por unanimidade um voto de louvor ao governador Pedro Pedrossian pelo que o chefe do Executivo de Mato Grosso vem fazendo em favor dos jornalistas deste Estado (*O Estado de Mato Grosso*, edição nº 5.803, 2 de setembro de 1970, p. 8).

No encerramento do evento, os mais de 200 participantes de várias cidades brasileiras aprovaram a “Declaração de Salvador”, publicada integralmente na edição nº 5.806, de 6 de setembro de 1970, do jornal *O Estado de Mato Grosso*. A Declaração continha seis pontos:

1 - Manifestar a confiança de que sejam plenamente restabelecidas no País as franquias democráticas e as liberdades individuais, sem o que não é possível o livre exercício da profissão;

2 - Declarar o propósito da classe de emprestar total colaboração esforço nacional de melhoria dos meios de comunicação social e desenvolvimento brasileiro, na certeza de que assim estará contribuindo para a grandeza da Nação;

3 - Encaminhar ao governo federal a reivindicação da classe no sentido de que seja revisto o decreto-lei 972 que regulamentou a profissão de jornalista, escoimando os dois (dois) dispositivos prejudiciais aos interesses da classe e inclusão de outros que atendam ao bom desempenho da profissão e suas garantias.

4 - Reiterar ao governo federal a necessidade da instituição do salário-mínimo profissional para a categoria;

5 - Solicitar ao Ministério do Trabalho a aprovação do projeto que institui a aposentadoria móvel, para garantir ao jornalista aposentado remuneração condigna ao término de sua carreira profissional.

6 - Conclamar todos os jornalistas do País a que prestigiem a luta em favor de fortalecimento sindical.

Salvador, 30 de agosto de 1970.

Plenário do 13º Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais (*O Estado de Mato Grosso*, edição nº 5.806, 6 de setembro de 1970, p. 3).

A partir desse documento, em especial do terceiro artigo, percebe-se a amplitude do Decreto-Lei nº 972 e o impacto na profissão, que apesar de ter sido regulamentada pela legislação, não atendeu às expectativas da categoria. Sendo que algumas foram descritas nos artigos seguintes, como em relação ao salário-mínimo profissional, em nível nacional. Apesar das disparidades dos cenários de atuação dos jornalistas, os artigos 1 e 6 diziam respeito à totalidade que tinha em comum a situação política de exceção, e o desafio de atuar politicamente no sindicato, enfrentando o Estado, em alguns momentos.

Destaca-se, ainda, a relevância das propostas definidas durante estes fóruns de articulação onde algumas instituições influenciadoras politicamente se colocaram a frente, a exemplo da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), cujo formato de ação impactava na atuação dos sindicalistas em nível local. Em Mato Grosso, os encontros estaduais aconteceram anualmente até 1973, passando pelas cidades de Cuiabá, Campo Grande, Dourados, Corumbá e, por último, em Aquidauana. Esse período representa a primeira fase de existência da associação, do seu surgimento, em 1969, até 1972, quando passou formalmente à categoria de sindicato.

Uma segunda fase teve início com a eleição da primeira diretoria do sindicato, em 1972, com Pedro Jucá na presidência, Mauro Cid Nunes da Cunha e Antonieta Ries Coelho, da TV *Centro América*, enquanto membros efetivos da diretoria. A chapa completa foi publicada no *Diário Oficial de Mato Grosso* do dia 18 de junho de 1972, edição nº 5.333, página 13. Também constam entre os membros eleitos no dia 27 de agosto de 1972, Adelino Praeiro, do *Diário de Cuiabá* e Roberto Jacques Brunini,

do jornal *O Social Democrata*, que assumiu o cargo de presidente do sindicato após o afastamento de Jucá, em março de 1975, sete meses antes do fim do primeiro mandato.

Criada a partir da mudança na legislação e união da categoria após o assassinato de Alves de Oliveira, a entidade ficou marcadamente ligada ao seu primeiro gestor, que se dedicou aos assuntos da classe considerados pertinentes no período. O afastamento definitivo, em 1975, foi noticiado apenas na edição nº 7.042, de 30 de março de 1975, página 8, com o título “Brunini Assumirá a Presidência da JORNAMAT”. De acordo com a publicação, o afastamento foi motivado por compromissos particulares de Jucá que impediram a finalização do mandato, no mês de outubro, “[...] como também pelo seu desejo pessoal de provocar a rotatividade na presidência da entidade que congrega os profissionais da imprensa em Mato Grosso” (*O Estado de Mato Grosso*, edição nº 7.042, 30 de março de 1975, p. 8).

O presidente empossado, Roberto Jacques Brunini, também não finalizou a gestão, sendo necessária a intervenção do delegado do Ministério do Trabalho que nomeou um administrador para convocar novas eleições. Em 3 de julho de 1977, na edição nº 7.705, com manchete na capa, a nova diretoria do sindicato foi apresentada na notícia publicada no *Estado*, sendo presidida pelo jornalista Elpídio Bueno Braga, e consta apenas uma jornalista entre os membros suplentes, Dirce Jordão Serra.

“JORNAMAT Elegeu Ontem Nova Diretoria: União” descreve a realização da eleição com chapa única e apresenta na capa algumas fotos dos profissionais da



imprensa durante a votação.

Imagem 1 – O Estado de Mato Grosso, edição nº 7.705, 3 de julho de 1977, p. 1.

Entre os jornalistas fotografados, identificou-se o ex-presidente da Jornamat, Pedro Rocha Jucá, na primeira foto, da esquerda para a direita; ao lado de Jucá, o historiador e jornalista Rubens de Mendonça, e abaixo de Rubens as duas mulheres que tiveram sua participação no sindicato reconhecida pelos colegas: Antonieta Ries Coelho, da TV Centro América e Aurora Chaves, da Rádio Difusora.



## Considerações Finais

Inspirado no noticiário telegráfico (Ribeiro, 2003), o jornalismo brasileiro se distanciou da influência francesa que valorizava os gêneros opinativos, a partir da década de 1950, com o aparecimento do jornalismo empresarial, que substituiu os periódicos financiados por partidos políticos e grêmios literários. Esse “novo” jornalismo trouxe mudanças, ainda, para a linguagem jornalística “[...] em geral agressiva e virulenta, marcada que estava pela paixão dos debates e das polêmicas” (RIBEIRO, 2003, p. 1).

Se o jornalismo carioca tinha elementos particulares que o diferenciavam do jornalismo estadunidense, no período de modernização, também podemos citar as características que faziam do jornalismo mato-grossense, especialmente o de Cuiabá, um fazer específico no país. O primeiro e mais óbvio é com relação a extensão territorial, levando-se em consideração o período da década de 1970, quando Mato Grosso era uno. De Cuiabá a Campo Grande, uma estrada vicinal desafiava os moradores a cruzarem o norte em direção ao sul do estado, a bordo de ônibus ou carros particulares.

Entre as particularidades da imprensa mato-grossense, destaca-se a formação educacional incipiente dos jornalistas, sendo que alguns não haviam concluído o ensino médio, naquele período. No Censo de 1970<sup>8</sup>, há uma categoria específica sobre a formação educacional de alguns profissionais, entre eles, “escritores e jornalistas”, que aparecem juntos e totalizam 140 pessoas. Dessas, 34 tinham apenas o ciclo elementar, equivalente ao ensino primário; 57 o primeiro ciclo do ensino médio, que seria o ensino fundamental; 41 concluíram o ensino médio, e apenas 4 fizeram alguma graduação (4 profissionais não foram especificados).

O acesso à educação tinha uma dificuldade a mais para os habitantes de Mato Grosso, e os jornais sofriam com a escassez de mão de obra e, conseqüentemente, de leitores. No jornalismo mato-grossense, o caráter “empírico” e “intuitivo” da profissão carregava, ainda, o peso do jornalismo literário e a não-vinculação trabalhista

---

<sup>8</sup> Os dados revelam o cenário educacional quando consideramos a totalidade da população de Mato Grosso recenseada, em 1970, com idade acima de cinco anos, de 1.334.453 de habitantes, dos que declararam, 757.521 mil sabiam ler e escrever. O restante, 563.101 mil pessoas eram analfabetas, sendo 283.126 mil homens e 279.975 mil mulheres. Informações acessadas no site do IBGE, no dia 15 de janeiro de 2017. Disponível em: [http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd\\_1970\\_v1\\_t22\\_mt.pdf](http://servicodados.ibge.gov.br/Download/Download.ashx?http=1&u=biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/69/cd_1970_v1_t22_mt.pdf).

dos colaboradores aos periódicos. No caso de Cuiabá, o contato com o “outro”, e diversas alteridades, expôs o contraste entre a profissionalização e o empirismo, que não deve ser entendido nesse contexto como amadorismo ou destituído de “valor” jornalístico.

Por meio da imprensa, especificamente dos jornais *Diário de Cuiabá* e *O Estado de Mato Grosso*, é possível acompanhar as mudanças na profissão, como a atuação da associação e do sindicato que registrou mais de cem profissionais entre 1968 e 1979, sendo 20 mulheres que atuavam como diretoras de empresas jornalísticas e repórteres. Os jornalistas que se profissionalizaram e adotaram a atividade como principal fonte de renda se organizaram, em um novo cenário, a partir da regulamentação da atividade, em 1969, onde o caráter colaborativo tornou-se escasso e passou a ser trabalhista. As mudanças nesse cenário começam a aparecer gradualmente nos primeiros anos da década de 1980: os jornalistas que adentraram às redações eram recém-diplomados, e migraram de outras cidades do país em busca do primeiro emprego.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900 – 2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa**. Tradução Denilson Luís Werle. I ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014, p. 407

MENDONÇA, Rubens. **História do Jornalismo em Mato Grosso**. 2ª edição, Cuiabá: Instituto Histórico de Mato Grosso, 1963, p. 105.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

\_\_\_\_\_. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. In: **Revista Estudos Históricos, Mídia**, número 31. Rio de Janeiro: 2003/1.

ROXO, Marcos. **Jornalistas pra quê? Militância sindical e o drama da identidade profissional**. Curitiba: Appris, 2016.